

2º Seminário de Patrimônio Agroindustrial

19 a 22 de outubro de 2010 - São Carlos/SP

Lugares de memória



Apresentação Comitês Sessões Conferências e Palestras Programação Trabalhos Visitas 3º SEMINÁRIO

Anais do 2º Seminário de Patrimônio Agroindustrial – Lugares de Memória

19 a 22 de outubro de 2010

Coordenação: Maria Ângela P. C. S. Bortolucci

Escola de Engenharia de São Carlos/USP
São Carlos – SP – Brasil

Realização



Apoio Institucional



Conference System by



2º Seminário de Patrimônio Agroindustrial

Lugares de memória

19 a 22 de outubro de 2010 - São Carlos/SP



[Apresentação](#) [Comitês](#) [Sessões](#) [Conferências e Palestras](#) [Programação](#) [Trabalhos](#) [Visitas](#) **3º SEMINÁRIO**

Apresentação

O Segundo Seminário de Patrimônio Agroindustrial – *Lugares de Memória*, evento de âmbito internacional, aconteceu em São Carlos, nos dias 19, 20, 21 e 22 de outubro de 2010 e foi uma realização do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, ambos da Escola de Engenharia de São Carlos – USP.

O Primeiro Seminário de Patrimônio Agroindustrial, Paisagens Culturais – realizado em Mendoza (Argentina), em maio de 2008 – teve como foco as paisagens e as rotas culturais do vinho, café, açúcar e outros produtos agrícolas. Esse evento teve início a partir do anseio de alguns pesquisadores latino-americanos, dedicados à preservação e à valorização desse patrimônio, de promover o conhecimento das experiências de recuperação e salvaguarda desenvolvidas recentemente, como também a divulgação dos avanços alcançados no campo das pesquisas acadêmicas relacionadas. Assim, esse primeiro evento pode reunir, entre outros, gestores e investigadores vinculados à temática das paisagens da produção agroindustrial, da arquitetura e do turismo cultural, provenientes da Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Espanha e México.

Do mesmo modo o *Segundo Seminário de Patrimônio Agroindustrial: Lugares de Memória* (SSPA2010), ocorrido em São Carlos em outubro de 2010, se propôs a dar continuidade à reflexão, debate e divulgação de pesquisas e de experiências vinculadas ao tema, realizados na primeira edição, buscando manter o centro de análise nas paisagens e rotas culturais ligadas à agroindústria, porém incorporando também uma ênfase nas representações e na organização e interpretação de informações, além de ampliar os setores de produção contemplados. O evento atraiu um número expressivo de pesquisadores brasileiros e estrangeiros de modo a melhor integrá-los ao debate ibero-americano sobre o tema. Sendo um evento de âmbito internacional, visou o alargamento das discussões relacionadas ao patrimônio agroindustrial, aprofundando o conhecimento das práticas e lugares a ele associados, bem como avaliando resultados de programas e projetos de intervenção.

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento da Informação do Serviço de Biblioteca – EESC/USP

Seminário de Patrimônio Agroindustrial Lugares de Memória (2. : 2010 : São Carlos)
[Conferências e palestras] do 2. seminário de patrimônio agroindustrial lugares de memória [recurso eletrônico] / Coordenação do evento: Maria Ângela P. C. S. Bortolucci. -- São Carlos : SAP/EESC/USP, 2010.
847lc.2
2010 Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-85-8023-006-2

1. Patrimônio histórico - seminários. 2. Indústria agrícola - história. 3. Patrimônio agroindustrial.
4. Patrimônio rural. I. Bortolucci, Maria Ângela P. C. S. II. Título.

Realização



Apoio Institucional



Conference System by



**ESTÂNCIAS E FAZENDAS DO RIO GRANDE DO
SUL - ARQUITETURA TRADICIONAL DA
PECUÁRIA**

Luís Henrique Luccas

luis.luccas@ufrgs.br

**FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Estâncias e Fazendas do Rio Grande do Sul

Arquitetura tradicional da pecuária

Chama-se estância no Rio Grande do Sul, uma circunscrição dada das campinas do país, povoada de gado, cavalos e mulas e, em certas porções, partes de carneiros; tem ordinariamente a extensão de uma sesmaria, às vezes de duas, de três e mais; os animais multiplicam-se nelas na razão da quantidade inicial, da vastidão do território e da bondade dos pastos.(DREYS, 1990:94).

Introdução

O Rio Grande do Sul foi um território onde se desenvolveram atividades e costumes distintos do restante do País. Sua cultura resultou multifacetada pelos diversos aportes imigrantes recebidos, ao que se somaram influências provenientes da fronteira com os países do Rio da Prata. Este conjunto heterogêneo, entretanto, apresentou um elemento aglutinador subjacente que persiste, suplantando a tendência à fragmentação e transmitindo-lhe unidade. As profundas raízes pastoris do Estado podem ser responsabilizadas, ao lado de fatores como a formação étnica e o clima, pelo perfil particular e contrastante da sociedade gaúcha frente às demais regiões brasileiras. Atividade econômica pioneira, a pecuária deteve posição hegemônica prolongada e ainda conserva um lugar importante na economia riograndense atual.

Criatórios denominados *estâncias* – também chamados *fazendas* no hemisfério norte do Estado – surgiram a partir da existência de pastagens qualificadas povoadas por rebanhos de gado *xucro* remanescente do empreendimento jesuíta. Em estudo sobre a estrutura agrária e ocupacional do Rio Grande no primeiro século de existência, a historiadora Helen Osório afirma que "a palavra 'estância' não designava grandes propriedades nem era sinônimo de grandes rebanhos. O vocábulo, originário do espanhol platino, significava apenas as unidades produtivas em que se criava gado, sem nenhuma conotação de tamanho". Sua afirmativa tem base nos documentos pesquisados, onde encontrou com essa designação "propriedades de 150, 200 ou 3000 cabeças de gado" (OSÓRIO, 2006:154). Estes estabelecimentos rurais destinaram-se inicialmente a reunir o gado solto em invernadas, objetivando seu deslocamento e comercialização no restante do País através da feira de Sorocaba, centro da atividade tropeira no período. Gradualmente foram ampliadas as atividades iniciais, passando ao criatório efetivo e incorporando atividades agrícolas e práticas fabris incipientes como a produção das farinhas de trigo e mandioca em atafonas, de charque e curtimento de couro, entre outras.

A formação do Rio Grande esteve intimamente associada à ocupação do território pelas sedes pastoris. Estas propriedades contribuíram com o árduo trabalho de configuração dos contornos geopolíticos definitivos do Estado, concluído através de sucessivos tratados diplomáticos e lutas

entre os dois reinos ibéricos. Dois séculos decorreram desde a primeira expedição oficial luso-brasileira à região, em 1725, que deu início à busca do gado *chimarrão* e ao assentamento de pioneiros invernistas e criadores, até o fim da longa supremacia econômica e política da atividade. No começo do século XX, a pecuária passaria a dividir espaço com o crescimento da produção agrícola, com a industrialização emergente e a expansão do setor terciário. Perdia, deste modo, a posição hegemônica que manteve dentro da economia gaúcha desde os primórdios da colonização luso-brasileira; *status* que havia sido ameaçado apenas pelo breve período de êxito da cultura do trigo, no começo do século XIX.

A importância da arquitetura estancieira reside no pioneirismo e na longa supremacia econômica e política daqueles estabelecimentos – diga-se, das oligarquias compostas pelos grandes proprietários. Derivada da tradição construtiva luso-brasileira, a primeira produção civil gaúcha recebeu outras contribuições na segunda metade do século XIX: a industrialização emergente trouxe consigo as influências ecléticas e *art-nouveau* que dominavam o cenário internacional. Os novos repertórios tiveram seu uso concentrado na região conhecida como Fronteira, que abrange parte das Missões, Campanha e Sul do Estado; o que sugere a influência dos dois países *rioplatenses*. Salvo exceções, o norte do Estado manteve padrões tradicionais em suas sedes até o início do século XX, como o exame permitiu constatar.

Um breve histórico

O Rio Grande do Sul recebeu a colonização luso-brasileira com uma defasagem de dois séculos do restante da costa brasileira. A posição meridional distante, o litígio de fronteiras entre os dois reinos ibéricos e a costa arenosa inóspita e de difícil desembarque, parecem justificar o ocorrido. A necessidade de abastecimento das Minas, descobertas no final do século XVII, foi o estímulo necessário para a exploração econômica dos rebanhos de gado solto em território gaúcho; abastecimento que incluía, além dos alimentos, o próprio meio de transporte de cargas, feito sobre o lombo de mulas.

Responsável pela descoberta das Minas, a sociedade bandeirista de São Paulo tornou-se roceira e tropeira nos setecentos, assumindo a tarefa de abastecer a região do garimpo. A pecuária avançou pelos Campos Gerais, que abrangiam as terras até o sul do Paraná. O mercado consumidor crescente apontava para os sulinos como possibilidade de expansão dos criatórios. Em 1725, o Governador de São Paulo encarregava o Capitão-mor de Laguna, Brito Peixoto, de realizar a primeira expedição oficial ao Sul. O grupo atingiu as proximidades da atual São José do Norte, onde se encontravam as Vacarias do Mar. Na década seguinte, os Campos do Viamão começavam a receber assentamentos de invernistas. O Arquivo Público de São Paulo guarda a relação dos 64 "fronteiros que se acham no distrito desta vila de Laguna, nas campanhas do Rio Grande". O documento ratifica a atividade tropeira praticada pelos mesmos: "Todos estes andam no campo com seus negócios para todas as horas partirem com suas cavalhadas pelo novo

caminho" (BORGES FORTES, 1940:28-29).

Os sucessivos caminhos abertos em direção ao oeste constituíram um fator importante para a interiorização de estâncias e núcleos urbanos no território gaúcho. Bartolomeu Pais de Abreu propôs ao Governador César de Menezes, em 1721, uma estrada aos Campos de Viamão. Em 1728 partia de Laguna uma expedição oficial liderada por Francisco de Souza Faria, subindo a Serra Geral pela localidade de Araranguá, cerca de noventa quilômetros ao sul de Laguna, até atingir a Vacaria dos Pinhais. O caminho ficou conhecido como Estrada dos Conventos, encontrando na Vacaria "pastos admiráveis e neles intensidade de gado" (TRINDADE, 1992:30). Cristóvão Pereira de Abreu ratificaria o caminho aberto, entre 1731 e 1732, modificando o traçado inicial para oeste e melhorando-o para a marcha dos rebanhos. Abandonaria a subida por Araranguá em 1738, estabelecendo o acesso pelas atuais Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula e Bom Jesus (TRINDADE, 1992:31). Português radicado em Sacramento, onde havia arrematado a *caça aos couros*¹, Cristóvão Pereira dava início ao tropeirismo no sul, atividade econômica baseada na condução de mulas, cavalos e bovinos ao centro do País.

O século XVIII transcorreria com a indefinição das fronteiras do Rio Grande do Sul, consolidadas através de tratados e lutas somente à entrada dos oitocentos. Em 1750 era firmado o Tratado de Madrid, no qual Portugal perdia a Colônia de Sacramento para a Espanha, recebendo a região dos Sete Povos como contrapartida. Na ocasião, a Campanha também se mantinha sob domínio espanhol. Pouco depois, os dois Reinos uniam-se contra os povos reduzidos, realizando o genocídio indígena da Guerra Guaranítica. Em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso transferia a região missioneira para a Espanha e, a seguir, eram implantadas as primeiras charqueadas na região do Canal de São Gonçalo. A produção em escala de exportação é creditada aos cearenses em fuga da grande seca que inviabilizou a manufatura nordestina. A atividade passaria a absorver grande parte do gado criado na metade sul do Estado, cujos limites atuais seriam definidos de modo irreversível após a campanha de Borges do Canto, em 1801.

A transposição da serra riograndense através do Passo Fundo, em 1819, consolidaria o Caminho Novo da Vacaria, acelerando a ocupação dos Campos à oeste. A nova rota atingia diretamente as Missões através de Cruz Alta e Santiago, em busca das mulas da região e contrabandeadas da Argentina. A ocupação posterior da Campanha e Missões seria compensada com o desenvolvimento da indústria do charque, a partir da segunda década dos oitocentos; momento em que ocorreram as lutas platinas pela independência, desestruturando a produção da carne salgada na Argentina e Uruguai. A atividade passava a absorver o gado da região, com prioridade na cria de bovinos. No mesmo período, a economia serrana estagnava-se como efeito do declínio da mineração nas Gerais.

¹ Assim denominava-se o monopólio desse comércio à época (CESAR, 1980:80-81).

A arquitetura

A arquitetura da pecuária riograndense constituiu um conjunto formal heterogêneo sob aspectos construtivos, plásticos e de *distribuição* interior. O extenso período de hegemonia econômica da atividade – quase dois séculos – é um dos fatores responsáveis pela diversificação dessa produção. Um segundo fator pode ser atribuído às particularidades geográficas e culturais existentes dentro do território gaúcho: a geografia oferecendo recursos mesológicos distintos e estabelecendo diferentes polarizações comerciais; e essas polarizações, por sua vez, criando vínculos sócio-culturais que incidiram sobre a condição material das propriedades, influenciando o gosto, as formas de distribuição interior e hábitos construtivos adotados. Tais fatores dividiram o Estado em dois hemisférios distintos: o norte, composto pelos Campos de Cima da Serra, Planalto Médio e, em parte, Missões; e o sul, constituído pela Depressão Central, Campanha, Serra e Encosta do Sudeste e Missões.

O norte do Estado manteve-se conectado à rústica Sorocaba tropeira através do comércio de *gado em pé*, especialmente das valiosas mulas para o transporte de cargas. Em Vacaria, Nicolau Dreys registra que “a presença do homem pouco fez em benefício desses lugares; suas moradas foram construídas pela necessidade: ali não aparece luxo algum” (DREYS, 1990:92). O sul enriqueceu fornecendo gado para a indústria do charque concentrada em Pelotas e algumas regiões menos destacadas, como aquelas mencionadas por Saint'Hilaire ao longo do rio Jacuí. O contato com Montevideu e a fronteira argentina também constituiu um diferencial importante nos hábitos da sociedade e na própria arquitetura da metade sul do Estado, como testemunham algumas sedes rurais e remanescentes urbanos de cidades como Pelotas, Jaguarão e Bagé; o repertório arquitetônico utilizado sugere uma possível influência cisplatina. O comentário do comerciante Arsène Isabelle sobre a moda local corrobora este aspecto, quando ele afirma que

a aproximação dos "orientais" e argentinos faz com que o gosto dos habitantes da província do Rio Grande do Sul seja de alguma maneira misto: é necessário, então, ter residido certo tempo no país para conhecê-lo bem e, sobretudo, não encarregar de ordens a fábrica sem estar munido de amostras, modelos ou de medidas, porque as melhores notas, os detalhes mais minuciosos dariam apenas uma idéia imperfeita do gosto e da exigência dos habitantes. (ISABELLE, 1983:68)

A casa sede e seu conjunto

As sedes pecuaristas gaúchas apresentaram procedimentos de implantação sistemáticos e um repertório de elementos – construídos e naturais – variável em função das regiões e ênfases produtivas. A preferência por sítios elevados (1), como coxilhas e cerros, foi um destes procedimentos, seguido da decisão de orientar as fachadas frontais entre leste e norte. Geralmente estas faces continham os principais cômodos, que resultavam mais salubres. A

presença de pomares e caponetes foi outra constante: uma medida empírica que visava proteger as sedes do vento frio proveniente de sul e sudoeste (*pampeiro* e *minuano*).



Figura 1: Estância do Cristal, em Canguçu, exemplificando a utilização de pontos elevados e orientação da fachada entre leste e norte. Fonte: autor.

As senzalas foram registradas com freqüência pelos viajantes, mas resistiram menos ao tempo por conta da usual precariedade construtiva. Galpões e paióis foram outras constantes nas sedes com ênfase pecuária (2), sendo em alguns casos substituídos pela presença de *atafonas*² onde a produção agrícola ganhava importância (3). Arsène Isabelle descreve o galpão como quarto de hóspedes, em 1834: “Na maioria das estâncias ou fazendas há um rancho aberto, sem outro móvel que um barril ou talha d’água, um chifre, um banco ou dois e, raras vezes, uma cama de lona estirada feita com correias de couro não curtidas: é o que os brasileiros chamam de casa de hóspedes” (ISABELLE, 1983:35). Como no restante do Brasil, as capelas estiveram presentes nas propriedades mais abastadas, eventualmente isoladas do corpo da casa, como nas estâncias São Luís e Batovi, em Dom Pedrito e São Gabriel respectivamente; às vezes agregadas à fachada com acesso independente, como no caso da Lapa (4), em Encruzilhada do Sul; outras vezes interiorizadas, tornaram-se oratórios nas casas mais rústicas predominantes.



Figura 3: Sede rural em Cachoeirinha, com grande atafona anexa. Fontes: autor.

² Moendas para fabrico de farinhas de trigo e mandioca, tracionadas por bois, comuns nas casas rurais próximas a Porto Alegre.



Figuras 2 e 4: Galpão da estância Boa Vista (esquerda), em Bagé, e sede da Lapa, com capela na fachada. Fontes: autor.

Quanto às casas sedes, o programa de necessidades manteve-se semelhante à tradição rural brasileira, com exceção dos alpendres, nunca frontais no caso local, ressalvadas raras exceções como a *platense* Granja Ernestina. A principal diferença programática frente às casas-grandes cafeeiras e açucareiras foi uma redução proporcional destas, de suas áreas sociais e do número de aposentos. O fator econômico pode ter apresentado assimetria entre o sul e as regiões ricas referidas, pela liquidez das exportações de açúcar e café, mas não sustenta a questão de modo exclusivo. Saint-Hilaire menciona grandes fortunas que os estancieiros possuíam, embasando a afirmação:

Várias vezes tenho assinalado a existência de homens muito ricos nesta Capitania. Inúmeros são os estancieiros que dispõe de renda de até 40.000 cruzados. Todavia em suas casas, nada existe que anuncie tal fortuna. O major Felipe, por exemplo, é possuidor de 40.000 cruzados; entretanto um campônio francês, com mil escudos de renda, vive com mais conforto. (SAINT-HILAIRE, 1974:193)

É plausível que a simplicidade das casas e o modo de vida fossem resultado de uma convergência de mais fatores, além dos recursos econômicos prováveis. Um destes fatores foi a escassez de mão-de-obra local registrada: “A criação do gado, como é feita no Rio Grande do Sul, pede muita terra e pode ser realizada com poucos braços: aliás, geralmente é feita por si mesma e por isto praticada com pouco cuidado” (AVÉ-LALLEMANT, 1980:375). Ou ainda:

Mesmo pelo fato de serem menos numerosos, parecem-me melhores e mais felizes. O preço que se pagava por um escravo era alto, havendo muita dificuldade para conseguí-los, o que em parte pode justificar o bom trato que lhes davam; desconfio, porém, que o motivo mais poderoso deve ser procurado na temperatura mais moderada da região, que permite que os senhores compartilhem de seus trabalhos (LUCCOCK, 1975:141).

A situação nas monoculturas era inversa. Nas entressafras, os escravos numerosos podiam ser empregados na construção e ampliação de sedes. Algo semelhante ocorreu nas charqueadas

locais, onde a mão-de-obra farta foi utilizada na produção oleira.

Uma visível redução do comportamento aristocrático convergiu neste sentido, em função do pioneirismo, o que é demonstrado pela proximidade entre patrões e trabalhadores da citação anterior, ou em afirmações como “os senhores trabalham tanto quanto os escravos” (SAINT-HILAIRE, 1974:47). O isolamento também dificultou saraus e festas como os que ocorriam na sociedade cafeeira, na mesma época, resultando na diminuição da importância e conseqüente tamanho das áreas sociais da casa estancieira. Tamanho que supõe uma família divisível, ao contrário dos clãs patriarcais da casa-grande brasileira que acomodavam várias gerações. A necessidade de ocupação dos latifúndios parece ter estimulado a criação de novas sedes.

Construção e forma

Depoimentos de viajantes como Luccock (1809) descrevem a arquitetura primitiva das sedes iniciais, fruto da carência de mão de obra qualificada e manufaturados como tijolos, telhas, ferragens e esquadrias. Algumas passagens atentam para o fato, merecendo transcrição:

uma descrição da casa dele pode bem servir de retrato das habitações dos estancieiros de condição inferior, não só desta província, como de toda a região que se estende desde o rio Paraná até o oceano. Era feita de um arcabouço de madeira, a que se prendiam barrotes por meio de cavilhas ou vergôntees de uma planta aqui chamada cipó [...]. O teto é feito de capim longo e grosso, o piso de terra batida e os aposentos não possuem lareiras (LUCCOCK, 1975:130-131).

O pau-a-pique teve como solução evoluída a casa de arcabouço de madeira; tecnologia desenvolvida nas Minas, em função dos sítios íngremes, que sofreu “torna viagem” para a arquitetura roceira de São Paulo, no século XVIII. O único remanescente local nestes moldes foi encontrado na região de São Sebastião do Caí (5), com enchimento de tijolos, construído antes da chegada dos colonizadores alemães, em 1824. Segundo Luís Saia, a taipa de pilão já apresentava sinais de decadência de confecção e uso, em meados do século XVIII, quando o território sulino era ocupado (SAIA, 1978:81-82). Uma alternativa passava a utilizar-se em São Paulo e Campos Gerais, ao que Jaelson Trindade denominou *taipa francesa* (TRINDADE, 1992:86), detectada com freqüência nas casas gaúchas de construção mais sólida, anteriores ao emprego usual de tijolos.

Duas alternativas regionais merecem menção. Uma delas foram os *ranchos de torrão*, técnica rudimentar que consiste na confecção de paredes através da sobreposição de placas de grama com a terra agregada às suas raízes (leivas), com cobertura usual de capim santa-fé. A outra foram as “casas de araucária”, que utilizaram a madeira abundante dos Campos de Cima da Serra

e Planalto Médio, aplicando tábuas verticais como vedação. A sede da Fazenda do Socorro (6), em Vacaria, é um exemplo remanescente deste modo construtivo.



Figuras 5 e 6: Sedes em São Sebastião do Caí (esquerda) e na Fazenda do Socorro. Fontes: autor.

O uso de tijolos iniciaria um processo construtivo com elementos industrializados, permitindo a execução de paredes mais esbeltas e maior proporção de aberturas, o que, aliado ao avanço da produção de componentes como esquadrias, propiciou casas com vãos mais próximos e maiores a partir da segunda metade dos oitocentos, como requeria um contexto mais amplo a caminho da modernidade. A conhecida seqüência de fachadas desenhadas por Lúcio Costa (7), em *Documentação Necessária*, demonstra essa trajetória evolutiva da arquitetura brasileira.

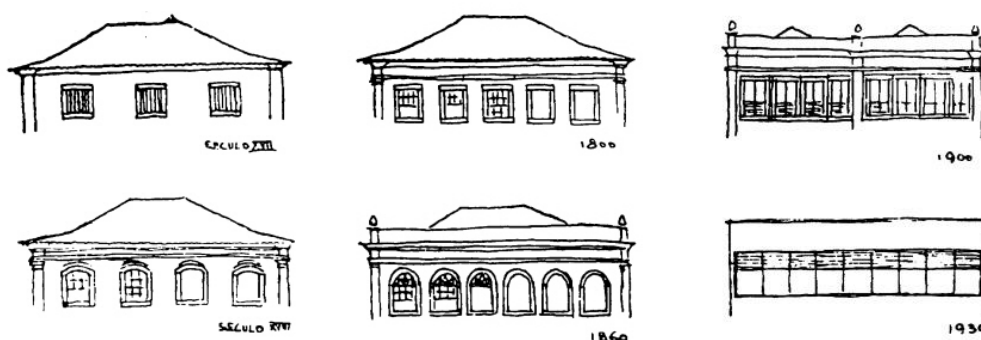


Figura 7: Evolução da casa brasileira segundo Lucio Costa. Fonte: COSTA, 1962:92.

Quanto à concepção plástica utilizada na casa estancieira dos primórdios, pode-se afirmar que houve uma apropriação da arquitetura praticada em Laguna, São Paulo e Sorocaba, além de outras regiões da cultura luso-brasileira envolvidas na ocupação. E essa arquitetura sofreu adaptações graduais, como resposta aos condicionantes geográficos e culturais locais, aproximando-se de uma expressão regional.

Posteriormente, as influências ecléticas permearam aquela arquitetura, irradiadas da região do Rio da Prata ou diretamente da Europa. O novo padrão seria viabilizado pelo ingresso de elementos industrializados na construção, como os tijolos, que permitiram alvenarias mais esbeltas e precisas, e acessórios como cimalthas, urnas, pinhas e balaústres decorativos próprios do repertório eclético de acento clássico. As coberturas comumente resolvidas com telhas cerâmicas do tipo capa-e-canal e beirais, também passaram a receber platibandas, dentro dessa

tendência (8). Isso ocorreu especialmente nas regiões da Campanha e Sul do Estado, a partir do afrouxamento das fronteiras platinas, em meados do século XIX. Aliás, a presença basco-francesa se fez sentir ao longo do rio Uruguai, como Avé-Lallemant registrou:

Só franceses existem mais de cem no lugar, entre eles gente de muito boa educação e de irrepreensível conduta. Em Uruguaiana quase não se reconhece uma cidade brasileira, mas uma hispano-francesa que parece apoiar-se, em suas relações de vida e de comércio, mais em Buenos Aires e Montevideú do que em Porto Alegre e Rio Grande. (AVÉ-LALLEMANT, 1980:298)

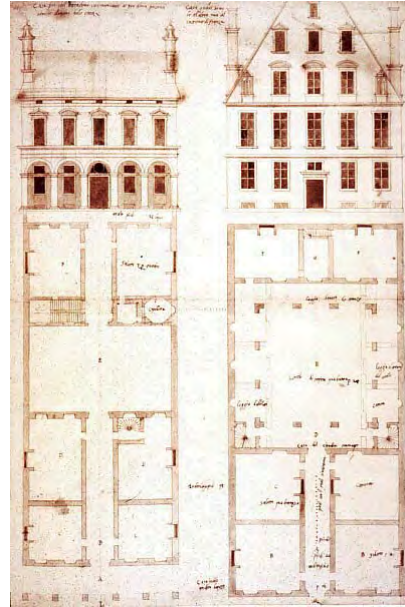
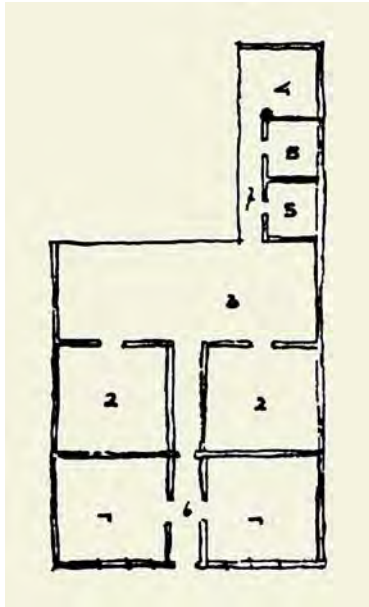


Figura 8: Estancia do Seival, em Caçapava do Sul, com platibanda e repertório eclético. Fonte: autor.

Distribuição interior

A *distribuição* das edificações constitui um subsídio importante ao estudo da arquitetura tradicional. Os arranjos interiores contribuem na investigação de possíveis precedentes arquitetônicos e de desenvolvimentos regionais sedimentados.

Sob este critério, a casa estancieira pode ser classificada em dois grupos. O primeiro deles enquadra construções onde a distribuição ocorre através de circulações especializadas. A tipologia predominante utilizou o arranjo da chamada *morada inteira*, na qual a circulação central organiza a planta, conduzindo desde a entrada, ao longo de salas e alcovas, até uma sala posterior geralmente ampla. Paulo Thedim Barreto estudou pioneiramente este padrão tipicamente urbano, em seu ensaio “O Piauí e sua Arquitetura”, publicado pela Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (9). Enquadram-se neste conjunto sedes como Lapa, Gruta e Santo Onofre, entre muitas outras. Este *tipo* exaustivamente aplicado em todo o Brasil de colonização portuguesa tem como precedentes distantes padrões urbanos organizados por Serlio em seu sexto livro (10). O arranjo permitia uma privacidade satisfatória aos dormitórios, fato que dificilmente ocorria no modo de distribuição tradicional, através dos próprios cômodos.



Figuras 9 e 10: Morada inteira (esquerda) e padrões urbanos de Serlio. Fontes: BARRETO e ROSENFELD.

O segundo grupo abrange edificações que não possuem circulações especializadas, onde a distribuição ocorre diretamente através dos compartimentos. Este, por sua vez, pode dividir-se em dois subgrupos, um deles formado por casas pavilhonares, onde os compartimentos são dispostos seqüencialmente, com a circulação através dos mesmos, às vezes em *enfilade*. São características deste conjunto as sedes da Granja Ernestina (11), em Uruguaiana, e Arvorezinha (12-13), em Piratini; a primeira com precedentes tipológicos distantes nos palácios urbanos renascentistas e mosteiros enclaustrados, tanto pela organização em torno do pátio, como pela opção de circulação através da galeria interior; e a segunda aproximando-se de certos *tipos* hispânicos: estâncias pecuaristas platinas, casas rurais da América espanhola – como Quinta Anaúco, em Caracas, e El Paraíso, em Cáli – e o ancestral palácio de Diogo Colón (14), em São Domingos, datado do início do século XVI.

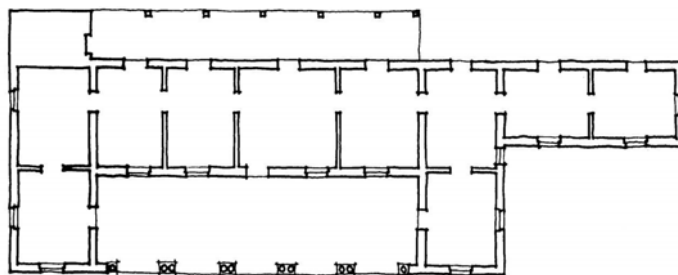


Figura 11: Granja Ernestina. Fonte: autor.

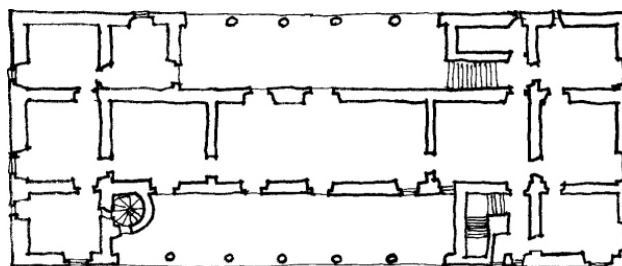
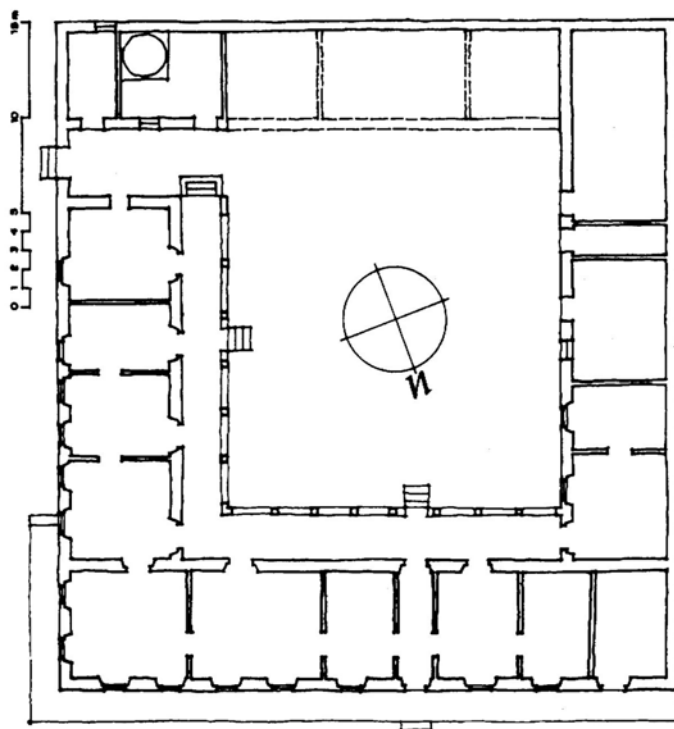


Figura 14: Palácio Diego Colón. Fonte: desenho do autor a partir de MORENO.

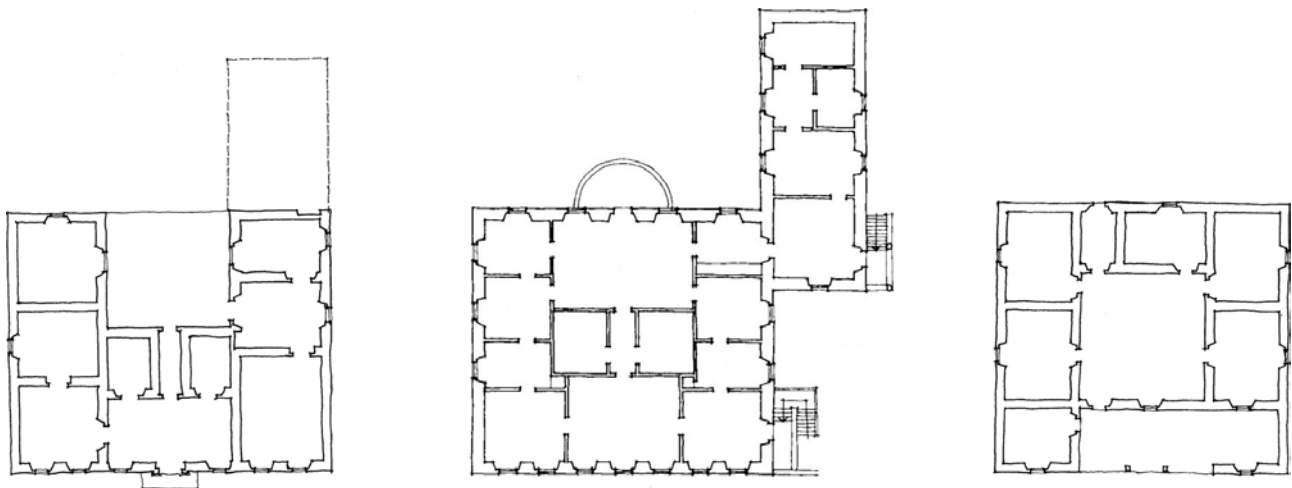


Figuras 12 e 13: Estância Arvorezinha. Fonte: autor.

O outro subgrupo é composto por casas em três *lanços*³ – ou derivadas deste diagrama – com planta tendendo ao quadrado, onde o corpo central distribuidor é composto por uma ou mais salas contíguas, ou por duas salas intermediadas por alcovas e circulação; e os dois flancos dedicados a dormitórios e compartimentos com necessidade de privacidade. É uma configuração análoga à casa tropeira da região de Sorocaba (15), cujo sistema foi adotado igualmente pelo caminho de tropas até os Campos do Viamão e variantes posteriores. Este grupo tem bons exemplos nas sedes das estâncias Capelinha, em Cachoeira do Sul, e Cerro Formoso (16), em Lavras.

Um exame comparativo das plantas baixas demonstra a descendência das casas tropeiras e roceiras, surgidas no século XVIII, da casa dita bandeirista (17). A tipologia matriz, de sala central com loggia frontal, seria adaptada às necessidades do novo modelo sócio-econômico. Ocorreria uma especialização das funções do programa, através da segregação dos ambientes de convívio. A loggia seria substituída pela sala frontal, conectada à sala posterior – ou *varanda*, dedicada à intimidade e às refeições – por uma circulação entre alcovas.

³ O termo *lanço* consta nos inventários e testamentos paulistas dos séculos iniciais, sendo adotado por Carlos Lemos em seus estudos.



Figuras 15, 16 e 17: Brigadeiro Tobias (esquerda), Sorocaba, Cerro Formoso (centro) e Casa do Padre Inácio. Fontes: autor (centro) e desenhos do autor a partir de LEMOS.

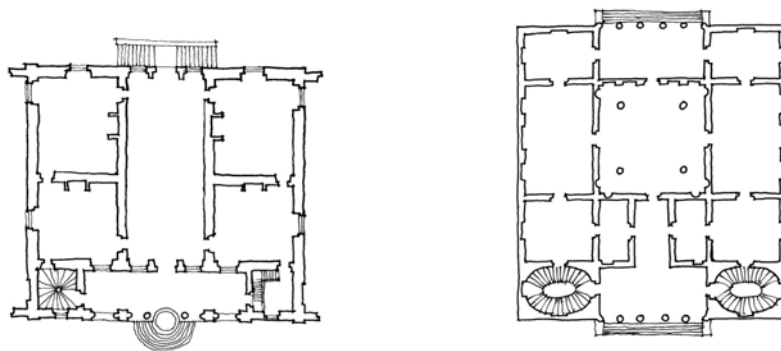
Se retrocedermos mais um pouco na genealogia da casa bandeirista, forma-se uma interrogação sobre a procedência deste *tipo* repetido intensamente na região paulistana, objeto de pesquisas discordantes de Luís Saia, Carlos A. C. Lemos e Aracy A. Amaral, destacadamente. O pioneiro Saia trabalhou sobre os "restos", como denominou o conjunto de doze exemplares remanescentes sobre os quais trabalhou à época. Destaca "a planta tipo, repetida com riqueza de variantes em todos os 'restos', e também identificável em eventuais descrições no documentário da época", como sendo de procedência erudita. Segue dizendo que "foi publicada por Palladio, em 1570, e a este arquiteto da Renascença foi inspirada, pelas pesquisas que realizou na zona da 'terra ferma', do norte italiano em 'restos' de habitações primitivas" (SAIA, 1978:143). Aracy tenta demonstrar a ligação da tipologia à América espanhola, aproximando-se de Saia quando também lembra o nome de Palladio.⁴ Ventila a hipótese da tipologia ter sido implantada pelos jesuítas, visto que "a disciplina da planta poderia, de fato, apontar para um jesuíta – proprietária a Companhia de Jesus de numerosas glebas de terra nos arredores da cidade –, posto que o nível intelectual mais elevado do planalto estava, sem dúvida, sobretudo entre os da Companhia" (AMARAL, 1981:35). E Lemos apóia-se nos inventários e testamentos paulistas dos três primeiros séculos, como forma de solapar a premissa defendida por Saia, rechaçando igualmente a tese de Aracy Amaral. Lembra a possibilidade da tipologia ter sido implantada a partir de exemplo na arquitetura militar, mencionando a edificação no Forte de São João de Bertioga e um desenho arcaico do frontispício do quartel da Fortaleza da Barra, ambos localizados em Santos (LEMOS, 1999:66-67).

O fato é que as *ville* palladianas não apresentaram a solução de sala central de forma tão clara como as propostas por Serlio (18), que parece ter influenciado mais as colônias latino-americanas pela sua abordagem genérica, do que Palladio em sua especificidade.⁵ Em Palladio o tramo central transforma-se numa seqüência de espaços como *logge*, átrios, salas e passagens

⁴ Aracy Amaral apresenta casas da América espanhola onde o uso da taipa de pilão, alpendres frontais entre dois volume e detalhes artesanais de carpintaria, além da arte religiosa, demonstram semelhanças com a casa bandeirista. No caso das plantas baixas, faz uma leitura rápida, ignorando o aspecto que a casa hispânica apresenta ênfase na solução pavilhonar tipo *enfilade*, com corpos nas extremidades ao modo da casa de D. Diego Colón; enquanto a casa paulista adota a planta de sala central (AMARAL, 1981).

⁵ Este influenciou mais as colônias da América saxônica, através do palladianismo desenvolvido na Grã-Bretanha por Iñigo Jones.

guarnecidas por pequenos cômodos ou escadas (19). O tratado de Serlio deteve-se mais no registro literal de tipos usuais, enquanto Palladio enfatizou suas próprias criações, nas quais os arranjos interiores possuem boa dose de invenção embasada na geometria dos espaços. Um fato não explicado, pois o VIº livro de Serlio, que apresenta a arquitetura doméstica, não foi publicado na época, tendo se mantido disponível em dois manuscritos apenas. É plausível conceber a tipologia de sala central como uma solução de domínio público, uma síntese ideal extensamente utilizada.



Figuras 18 e 19: Proposição de Serlio (esquerda) e Palazzo Garzadori de Palladio. Fontes: desenhos do autor a partir de PALLADIO e ROSENFELD.

Retornando às casas de estâncias, poderíamos estabelecer ainda um terceiro grupo de características híbridas, representado pelas casas onde existem simultaneamente as duas situações de distribuição: parte através de circulações especializadas, outra parte através dos próprios compartimentos contíguos. Este conjunto é exemplificado por sedes como Seival e Criúva, respectivamente localizadas em Caçapava do Sul e Tapes.

Considerações finais

O exame das sedes pastoris gaúchas expõe a adaptação gradual de modelos trazidos pelos colonizadores ao novo contexto, sedimentando uma arquitetura de características regionais. Através da experimentação lenta e segura, as sucessivas gerações de casas construídas nos campos gaúchos perseguiram um ideal de conforto no sentido mais abrangente. Buscavam qualidade construtiva adequada aos recursos disponíveis e ao clima, enfatizando a durabilidade; conforto ambiental, através da consideração de aspectos climáticos como umidade, ventilação, temperatura e luminosidade; e conforto dimensional e de distribuição interior, através da satisfação da funcionalidade e privacidade dentro dos padrões próprios daquela sociedade. Essa evolução ocorreu até meados do século XIX, quando foram construídas as sedes de maior qualidade construtiva e formal seguindo a tradição luso-brasileira. Vale lembrar que a experimentação prática incluía a apropriação de materiais locais e métodos construtivos compatíveis, dentro da combinação de um repertório restrito de elementos de arquitetura de comprovada correção construtiva e estética.

No final do século XIX, alguns fatores concorreram para a substituição daquele corpo de conhecimentos sedimentado. Na metade sul do Estado, destacadamente, ocorria uma crescente introdução de manufaturados na construção, como tijolos, telhas, esquadrias e outros elementos estandardizados; além de influências externas definindo as formas, trazendo as características ecléticas e *art-nouveau* mencionadas. A concepção das casas passava a adotar elementos estranhos à sintaxe tradicional, como platibandas e alpendres, novos materiais e partidos arquitetônicos, alterações na relação entre cheios e vazios, entre outras modificações que encerrariam o processo empírico de aperfeiçoamento daquela arquitetura como produto regional.

O século XIX, que concentra maior parte da arquitetura pastoril gaúcha, foi precisamente o período de câmbio do modo de fazer arquitetura sobre bases tradicionais, precedendo a ruptura imposta pela arquitetura moderna à concepção acadêmica. Esta transição da prática baseada no aprimoramento empírico de modelos ocorreu através de um processo natural, ao longo do século, diferentemente daquela ruptura traumática e autoral proposta pelas vanguardas européias. Até ali a concepção dos edifícios e espaços exteriores correspondentes obedeceu aos cânones – populares ou eruditos – sedimentados ao longo da história. Os tratados renascentistas depuraram *tipos* de situações contingentes, transformando-os em padrões para aplicação genérica, como o arranjo de sala central recursivo na arquitetura dita bandeirista.

A industrialização urbanizou a sociedade, impondo novas variáveis ao projeto. O adensamento das cidades, o crescente anseio de privacidade e a busca de salubridade pela insolação e ventilação, provocaram o surgimento de arranjos interiores e espaciais mais artificiosos, capazes de satisfazer estas demandas. A partir daquele momento, a edificação não responderia tão somente a poucos problemas semelhantes e de baixa complexidade, mas seria concebida como engenho capaz de satisfazer às variadas pressões dos diferentes contextos e aos apelos mais diversos. A exemplo da arquitetura urbana da era industrial, as casas rurais abandonavam o conjunto delimitado de configurações tradicionais das plantas baixas, que passavam a aceitar modificações específicas da vontade de seus proprietários, contando com a liberdade de novos agenciamentos e a diversificação de modelos referenciais que caracterizou o século XX.



Figura 20: Sede da Palma, Pelotas.

Referências

- AMARAL, Aracy A. **A hispanidade em São Paulo**. São Paulo: Nobel– EDUSP, 1981.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)**. Belo Horizonte– São Paulo: Itatiaia– EDUSP, 1980.
- BARRETO, Paulo Thedim. O Piauí e sua arquitetura. **Revista do IPHAN** v.12, Rio de Janeiro, 1957.
- BORGES FORTES, João. **Rio Grande de São Pedro**. Rio de Janeiro: Bloch, 1940.
- CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1980.
- COSTA, Lucio. Documentação necessária. In XAVIER, Alberto (Org.). **Lucio Costa: Sobre arquitetura**. Porto Alegre: CEUA, 1962.
- DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da Província de São Pedro do Sul (1839)**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990.
- ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.
- LE MOS, Carlos A. C. **Casa paulista**. São Paulo: Edusp, 1999.
- LUCAS, Luís Henrique Haas. **Estâncias e Fazendas: arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul** (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PROPARG/UFGRS, 1997.
- LUCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte– São Paulo: Itatiaia– EDUSP, 1975.
- MORENO, Carlos. **Espanholes y criollos, largas histórias de amores y desamores – La casa y sus cosas (3)**. Buenos Aires: Icomos Comité Argentino, 1994.
- OSÓRIO, Helen. Estrutura agrária e ocupacional. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). **Coleção História geral do Rio Grande do Sul (Volume 1 - Colônia)**. Passo Fundo: Méritos, 2006, p.153-170.
- PALLADIO, Andrea. **I Quattro Libri dell'Architettura (1570)**. Milano: Ulrico Hoepli, 1976.
- ROSENFELD, Mira Nan. **Sebastiano Serlio on domestic architecture** (VIº book). New York: The Architectural History Foundation/MI Press Series, 1978.
- SAIA, Luís. **Morada Paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte– São Paulo: Itatiaia– EDUSP, 1974.
- TRINDADE, Jaelson Bitran. **Os Tropeiros**. São Paulo: Publicações e Comunicações, 1992.